

## Comércio baiano pode ter prejuízo de R\$ 180 mi

YURIABREU  
REPÓRTER

Por conta do avanço do novo coronavírus, empresários e consumidores já têm sentido os impactos da doença, inclusive aqui na Bahia. De acordo com uma projeção feita pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), a estimativa é a de que o prejuízo diário seja de até R\$ 108 milhões caso o chamado varejo não essencial (excetuando-se supermercados e farmácias) tenha que fechar as portas em todo o estado. O cálculo foi feito pela entidade através da análise dos dados do comércio do IBGE.

De acordo com o presidente da Federação baiana, Carlos de Souza Andrade, os empresários baianos passarão por um momento inédito e de muita incerteza. "Neste momento é importante a redução máxima dos custos fixos para amenizar os impactos negativos nos negócios. Espera-se também que os bancos públicos ofereçam crédito com condições vantajosas de taxas, prazos, documentação e carência, para que não haja um grande dano social com demissão em grande escala e empresas quebrando nos próximos meses", afirmou.

Já para o consultor econômico da instituição, Guilherme Dietze, os consumidores estarão focados em preservar a sua saúde e aca-



### FECOMÉRCIO-BA

Carlos de Souza Andrade disse que os empresários baianos passarão por um momento inédito e de muita incerteza

barão optando pelo isolamento. "Assim, mesmo algumas lojas abertas de produtos como roupas, eletroeletrônicos, por exemplo, tendem a ter uma redução drástica de demanda", analisou.

Apenas do cenário inicialmente tenso, o especialista disse que este é um período momentâneo. "Haverá postergação de compra de alguns serviços e produtos, mas como o período de restrição de circulação tende a ser relativamente longo, muitas das vendas serão perdi-

das. Infelizmente, não há como separar uma da outra", apontou.

### PREOCUPAÇÃO

Para o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio da Cidade de Salvador (Sindilojas), Paulo Mota, a situação gerada pela pandemia de coronavírus e a repercussão negativa da mesma faz com que o momento seja de preocupação e intranquilidade, principalmente no que concerne ao emprego dos trabalhadores e aos

custos que terão os patrões em virtude de dias eventualmente não trabalhados.

De acordo com o dirigente, um ofício foi enviado dos lojistas dos shoppings solicitando a exoneração dos custos do aluguel, além da não cobrança da parcelas da taxa de publicidade. "Não há nenhuma referência de solução e o governo federal está confuso. É preciso que ele entre para irrigar a economia, tendo uma política mais agressiva. Datas próximas como Páscoa, Sema-

na Santa e Dia das Mães estão em risco", afirmou.

### REDUÇÃO

Em comunicado emitido ontem, a Associação Brasileira dos Shoppings Centers (Abrasca) informou que "atenta e preocupada com os riscos à saúde, por meio de diálogo frequente e em cooperação com as diretrizes do Poder Público" no combate a Covid-19, recomenda aos seus associados com empreendimentos localizados em áreas com casos confirma-

dos, que funcionem, a partir de amanhã, em horário reduzido, das 12h às 20h.

No documento, a entidade solicita que os centros de compras localizados em áreas que não tiveram nenhum caso confirmado monitorem a evolução do assunto e compartilhem as informações. Até agora, de acordo com o Ministério da Saúde, 11 dos 27 estados brasileiros ainda não tiveram registros confirmados da Covid-19: Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará e Paraíba.

Conforme a Abrasca, tal medida atende a solicitação dos lojistas e está alinhada com a recomendação dos poderes públicos para a redução de circulação de pessoas sem, todavia, paralisar totalmente as atividades econômicas, em especial os serviços de utilidade pública em funcionamento, como bancos, farmácias, laboratórios e supermercados.

"A Associação entende que tais medidas, somadas às ações preventivas individuais, tais como higienização das mãos, cuidados redobrados com a limpeza e espaçamento de mesas nos locais de alimentação, colaboram com os esforços de combate à epidemia do novo coronavírus (COVID-19). A Abrasca, desde o início das primeiras notícias relacionadas à disseminação do novo coronavírus (COVID-19), acompanha de forma atenta a evolução do tema e seguirá atuando para ajudar o país a passar por este momento", finaliza a nota.

## Medidas vão proteger moradores de rua

A Prefeitura, por meio da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), anunciou ontem (17) medidas específicas para a área social visando, sobretudo, a proteção do público considerado mais vulnerável em relação ao coronavírus (Covid-19). Por conta disso, haverá alteração no atendimento e no funcionamento de estruturas geridas pela pasta, a exemplo dos espaços de acolhimento e centros de assistência, Restaurante Popular e do Abrigo Dom Pedro II. Além disso, a Sempre decidiu criar um comitê para coordenar essas e outras ações, sem, claro, deixar a população desassistida nesse momento de crise mundial.

Entre as medidas consideradas mais importantes pela titular da Sempre, Ana Paula Matos, está a ampliação das doações de alimentos a pessoas em situação de rua e com deficiência, idosos, pessoas com deficiência e para o público dos centros de assistência social (CRAS e CREAS). "Todas as medidas que estamos anunciando são essenciais, já que a pasta lida diretamente com pessoas em situações de vulnerabilidade, público mais afetado em época de crise econômica e social como a que estamos vivendo agora, devido ao surto do Covid-19", afirmou a secretária.

**Novos horários** - Uma das alterações será nos atendimentos do Cuidar, cuja sede fica no Comércio e onde as pessoas realizam o cadastramento para benefícios sociais, a exemplo do Bolsa Família. A partir de agora, no máximo 200 pessoas poderão ser atendidas simultaneamente no espaço (redução de 50%). Outros cuidados foram tomados, como a distribuição de máscaras e álcool em gel entre os servidores do Cuidar e a ampliação da distância entre as áreas



### PREFEITURA

Serão doados alimentos a pessoas em situação de rua e com deficiência e a idosos

reservadas ao atendimento, para evitar contato próximo.

No caso do Restaurante Popular, situado em São Tomé de Paripe, o horário de funcionamento foi ampliado para priorizar idosos e pessoas com deficiência. Agora, o equipamento passa a funcionar das 11h às 13h30 (abrindo meia hora mais cedo). Eventos agendados para o restaurante estão temporariamente suspensos.

### Proibição de visitas

No caso do Abrigo Dom Pedro II, visitas em grupo estão proibidas. As visitas de familiares, se forem indispensáveis, devem ser orientadas pela equipe técnica de saúde. Os idosos estão proibidos de sair do espaço, a não ser em casos excepcionais tratados com a direção do abrigo. Haverá também o reforço nos cuidados de higienização e diálogo intenso com os idosos para evitar pânico em relação à doença.

**Centros** - No caso dos centros de assistência

social (CRAS e CREAS), estão suspensas as atividades dos grupos de risco (como idosos e gestantes), além de eventos. As atividades dos demais grupos só podem contar com o número máximo de dez pessoas. As visitas domiciliares ocorrerão apenas em casos emergenciais.

A Unidade de Políticas para Pessoa com Deficiência também suspendeu eventos por 90 dias. O mesmo vale para o curso de Libras, que não vai ocorrer pelos próximos 15 dias. O Centro Dia, que atende crianças com microcefalia e zika no Parque Bela Vista, teve as atividades de permanência suspensas temporariamente, mas as ações de apoio estão mantidas, com intensificação do suporte remoto às famílias.

Para as Unidades de Acolhimento Institucional (UAls), que abrigam moradores de rua, será obrigatório o uso de álcool em gel e a orientação para não compartilhamento de recipientes e alimentos individuais. Os locais vão distribuir entre os ocupan-

tes palestras e cartilhas sobre higienização. Eventos externos e internos estão cancelados.

### Materiais de proteção

- A secretária Ana Paula Matos ressaltou que materiais de proteção, como álcool em gel e máscaras, serão distribuídas para os assistentes sociais e funcionários de todos os setores da Sempre. Ela também ressaltou que o comitê criado no âmbito da pasta vai acompanhar a evolução do quadro do coronavírus diariamente, mas que a população não ficará desassistida.

"Reiteramos também que os serviços da Sempre continuam sendo ofertados pois temos benefícios eventuais dos quais as famílias não podem prescindir, a exemplo de auxílio aluguel e cesta básica, auxílio funeral e natalidades, dentre outros. Além dos já citados serviços de prestação ininterrupta, como abrigo de idosos, unidades de acolhimento institucional para população em situação de rua e crianças", garantiu.

## MPT-BA orienta segmentos trabalhistas diante da pandemia

YURIABREU  
REPÓRTER

Diante da pandemia de coronavírus que gerou até agora muitos casos em todo o país, uma preocupação é com relação ao funcionamento do comércio em geral, a exemplo de locais como cinemas, academias, entre outros. A questão é a seguinte: como ficam os empregos dos funcionários diante da baixa ou nenhuma arrecadação por parte das empresas neste período em que estarão fechadas?

Neste sentido, o Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) está orientando empregadores, sindicatos patronais e sindicatos profissionais sobre como classificar o risco de cada atividade profissional para que sejam adotadas medidas de prevenção ao Covid-19.

Neste caso, há uma série de mudanças que deverão ser sentidas nos próximos dias nas relações de trabalho e que poderão ser equacionadas mediante negociação coletiva. O órgão também recomenda que negociações e assembleias sejam feitas por meios não presenciais para evitar aglomeração de pessoas.

"Este é um momento em que o bom senso deve imperar para que possamos primeiramente proteger trabalhadores e empregadores e também a economia como um todo. E o melhor caminho para o bom senso é a negociação coletiva entre empregadores e empregados", destacou o procurador-chefe do MPT na Bahia, Luís Carneiro.

Ele lembra ainda que os sindicatos são a melhor instância para essas negociações e que, havendo impasse, o próprio MPT pode ser uma alternativa para mediação de conflitos. "O mais importante é que todos se unam para encontrar soluções que preservem o interesse da sociedade nesse momento de exceção", afirmou.

### NOTA TÉCNICA

No último sábado, uma nota técnica foi publicada com o objetivo de sinalizar

às relações de trabalho, trazendo uma recomendação geral a ser seguida pelos empregadores. Também tem o objetivo de subsidiar a atuação dos procuradores da instituição sobre a doença.

Segundo a instituição, o documento traz medidas que devem ser implementadas por setores econômicos com atividades consideradas de risco muito alto, alto e mediano de exposição, conforme classificação de uma agência norte-americana voltada para a segurança e saúde ocupacional.

Nele, há a indicação, aos procuradores, da necessidade de recomendação, junto a empregadores, sindicatos patronais, sindicatos profissionais que representem setores econômicos que estejam dentro destes grupos, que forneçam lavatórios com água e sabão, álcool gel 70% ou outros produtos adequados às atividades.

A nota também orienta procuradores do MPT-BA a proporem a flexibilização da jornada de trabalho, em alguns casos. Entre eles, quando serviços como transporte, creches e escolas não estiverem funcionando e para permitir que trabalhadores atendam familiares doentes ou em situação de vulnerabilidade decorrente da infecção pelo novo coronavírus.

"Os cenários estão se transformando muito rapidamente e o que hoje pode ser considerada uma conduta correta amanhã pode não ser mais. Por isso, o bom senso e o entendimento são fundamentais. Para isso o MPT está de portas abertas, apesar de também estar adotando medidas de proteção de seus servidores, sem prejuízo de sua atuação", salientou Carneiro.

O dirigente lembra ainda que os empregadores podem utilizar neste momento uma série de medidas, tais como flexibilização de jornada, teletrabalho, antecipação de férias individuais e até mesmo férias coletivas, tudo mediante o respeito aos prazos legais, que ainda assim podem ser negociados entre as entidades sindicais de patrões e empregados", explicou.